

O ACERVO DO COLÉGIO CAXIENSE COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025

Julia Karoline Silva dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão. Graduada no curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2025), foi bolsista residente no Programa de Residência Pedagógica (2022–2024), professora da Educação Básica. E-mail: juliasilvaacademico@gmail.com

Salânia Maria Barbosa Melo

Universidade Estadual do Piauí; Universidade Estadual do Maranhão, Programa de pós graduação em sociedade e cultura – PPGSC – UESPI. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestrado em Educação pela UFPI e Doutorado em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará -UFC-(2009). Pós-doutora pela Universidade Federal da Paraíba. (2013). E-mail: salaniamelo@yahoo.com.br

O ACERVO DO COLÉGIO CAXIENSE COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

THE COLÉGIO CAXIENSE COLLECTION AS A SOURCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION

Julia Karoline Silva dos Santos
Salânia Maria Barbosa Melo

RESUMO

Este artigo discute o tratamento destinado aos acervos escolares em instituições de ensino, com ênfase no conjunto documental produzido pelo Colégio Caxiense, fundado em 1935 na cidade de Caxias, Maranhão. Após o fechamento da escola, observou-se o abandono desse acervo, o que evidencia as fragilidades das políticas de preservação da memória educacional. A partir de revisão bibliográfica e do contato com parte do material, o estudo examina a relevância dos acervos escolares como fontes para pesquisas em História da Educação, destacando suas potencialidades e a necessidade de um tratamento adequado. Os resultados indicam que esses acervos se configuram como espaços significativos de preservação da memória educacional, ao mesmo tempo em que revelam fragilidades estruturais e institucionais que comprometem sua conservação e uso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Memória Escolar. Preservação documental.

ABSTRACT

This article discusses the treatment given to school archives within educational institutions, focusing on the collection produced by Colégio Caxiense, founded in 1935 in the city of Caxias, Maranhão, Brazil. After the school's closure, the neglect of this important documentary collection revealed the weaknesses of policies aimed at preserving educational memory. Based on a literature review and direct contact with part of this material, the study examines the relevance of school archives as sources for research in the field of the History of Education, highlighting their potential and the need for proper preservation practices. The findings indicate that such archives serve as significant spaces for the preservation of educational memory, while also exposing structural and institutional weaknesses that hinder their conservation and use.

KEY WORDS: Education. School Memory. Archival Preservation.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a História da Educação se consolidou como um campo de investigação que busca compreender os fenômenos que envolvem os processos educativos em diferentes tempos e espaços. Nesse cenário de crescimento, os documentos presentes em acervos escolares emergem como espaços fundamentais para o fornecimento de fontes históricas relevantes, por preservarem registros que permitem acessar aspectos da cultura escolar das instituições de ensino.

De acordo com Bonato (2005), os arquivos escolares se constituem a partir das atividades cotidianas do ambiente educacional, como matrículas, transferências e registros administrativos. Em razão desse processo de formação, esses espaços reúnem documentos de diferentes tipologias e naturezas. Apesar disso, durante muito tempo, foram considerados apenas registros de caráter administrativo.

Vidal (2000) destaca que os acervos escolares são fundamentais ao ofício do historiador da educação, pois permitem a construção de narrativas sobre os processos históricos que envolvem as instituições escolares, revelando dimensões sociais, culturais e políticas da educação. Assim, a investigação sobre os arquivos escolares torna-se necessária não apenas para reconstruir trajetórias institucionais, mas também para compreender a escola como espaço social e assegurar a memória educacional por meio da preservação documental.

Nesse contexto, o acervo escolar do Colégio caxiense, instituição educacional pioneira em Caxias (MA), constitui um exemplo significativo, tanto pelos documentos produzidos ao longo de quase noventa anos de existência, quanto pelos desafios relacionados à preservação e guarda dessa documentação. Produzidos ao longo de décadas, esses registros permitem observar práticas pedagógicas, rotinas escolares, relações entre os sujeitos escolares e aspectos administrativos que refletem a realidade educacional de seu tempo.

A análise desse acervo reforça a relevância dos arquivos escolares como fontes imprescindíveis para a História da Educação. Esse tipo de estudo contribui para ampliar a compreensão do passado escolar e fornece subsídios para refletir sobre os desafios atuais da educação, evidenciando a necessidade de políticas de preservação e valorização desses espaços.

A abordagem proposta neste artigo busca integrar os aspectos históricos e administrativos dos arquivos escolares, ressaltando suas potencialidades como fonte de pesquisa. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre os sujeitos envolvidos no contexto educacional, como professores e estudantes e os diferentes papéis que desempenham na trajetória institucional. Além disso, destaca a urgência de políticas públicas e ações institucionais voltadas à preservação e digitalização dos acervos escolares, especialmente aqueles produzidos por instituições de relevância histórica para a comunidade.

O objetivo principal desta investigação é analisar a importância dos arquivos escolares como fontes para pesquisa em Educação, apontando suas possibilidades e necessidade de um tratamento adequado. Também busca evidenciar as dificuldades de preservação e guarda enfrentadas por instituições de ensino já desativadas, bem como discutir de que forma esses documentos podem contribuir para a compreensão da realidade escolar por diferentes contextos e períodos históricos.

METODOLOGIA

A elaboração deste artigo decorreu de uma vivência acadêmica no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa teve como ponto de partida o contato o acervo escolar do Colégio Caxiense, instituição de ensino fundada em 1935 e de grande relevância para a história educacional de Caxias (MA).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação insere-se no campo da História da Educação e fundamenta-se em revisão bibliográfica do estado da arte sobre os temas abordados. Foram considerados autores que discutem Acervos Escolares, Cultura Escolar e Fontes Históricas aplicadas à História da Educação, buscando embasamento teórico para análise proposta.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, houve contato direto com os documentos e objetos integrantes do acervo do Colégio Caxiense, possibilitando a identificação de diferentes tipologias documentais e a compreensão inicial de seu potencial enquanto fonte para a História da Educação. No entanto, não foi possível realizar uma análise profunda do conteúdo dos documentos, em virtude das limitações de tempo e das condições físicas do espaço, que dificultou o manuseio e organização sistemática do material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, o estudo das instituições escolares passou a ganhar maior destaque na historiografia da educação a partir da década de 1970. Desde então, autores como Nosella e Buffa (2008), Gatti Júnior (2002), entre outros pesquisadores da História da Educação, contribuíram com investigações voltadas ao universo das instituições escolares, analisando aspectos não apenas pedagógicos, mas também culturais que se desenvolvem nos espaços educacionais. Esses estudos abordam as instituições escolares sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Nesse contexto, Furtado (2011) argumenta que as pesquisas em História da Educação anteriores à década de 1990 concentravam-se na análise das ideias pedagógicas, havendo pouca ênfase nas práticas escolares, nas relações entre alunos e professores e em elementos mais ligados ao cotidiano escolar. A partir desse período, temas como a análise de livros didáticos, os currículos das disciplinas e as práticas escolares passaram a emergir como novos objetos de investigação.

Desse modo, as instituições escolares tornaram-se, simultaneamente, objetos e fontes de pesquisa, conquistando um espaço cada vez mais amplo nas discussões acadêmicas, considerando-se os diversos aspectos que as constituem e influenciam.

Sobre os estudos das instituições escolares, Nosella e Buffa (2008) afirmam:

O contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (Nosella; Buffa, 2008, p.16).

Foi a partir dessas modificações nos objetos de pesquisa, juntamente com novas problemáticas relacionadas aos métodos e procedimentos, que os pesquisadores da educação passaram a direcionar seus olhares para o interior das escolas. Com os novos temas voltados ao cotidiano escolar, ao currículo das disciplinas, aos horários de aula, às normas e práticas, surgiu também a necessidade de mudanças nas fontes utilizadas para análise. Isso porque, na maioria

das vezes, esse conjunto de informações escolares encontra-se disponível apenas em documentos preservados no próprio ambiente escolar.

Como exemplo da riqueza de fontes históricas da educação, mas também da carência de cuidados adequados destinados à preservação desses espaços, destaca-se a instituição responsável pela formação do acervo em estudo. Essa escola marcou um período de avanço educacional não apenas para os estudantes de Caxias, mas também para os jovens de cidades circunvizinhas ao município maranhense.

Em sua criação, a instituição recebeu o nome de “Ginásio Caxiense”, emergindo na cena educacional de Caxias em 1935. O contexto de sua fundação revela que, naquele momento, a cidade carecia de uma instituição de ensino que possibilitasse aos jovens a continuidade dos estudos em nível secundário, algo que àquela época, era restrito aos membros de famílias abastadas, capazes de custear a formação dos filhos em outras localidades.

Diante dessa necessidade, houve na cidade a mobilização de importantes agentes sociais, que uniram esforços financeiros e influências políticas, culminado na fundação da instituição de caráter privado em 1º de outubro de 1935.

Sobre esse momento, Lima Filho (2011) traz o seguinte:

Fundação do Ginásio Caxiense, estabelecimento de Ensino Secundário, pioneiro no interior do Estado. Foi uma iniciativa feliz e patriótica de abnegados caxienses preocupados com a instrução da juventude da terra, até então sem condições de, concluído o chamado curso primário, prosseguir seus estudos, a não ser os filhos das famílias mais abastadas, que os mandava para a capital do Estado (São Luís), para Teresina, ou mesmo para outros centros de ensino mais avançados (Lima Filho, 2014, p. 281).

Voltamos nosso olhar às primeiras inquietações suscitadas ao longo da pesquisa, especialmente a uma questão que inicialmente nos chamou atenção. Atualmente, a fachada do prédio onde funcionou a instituição de ensino de 1936 até seu fechamento em 2014, apresenta a nomenclatura de “Colégio Caxiense”. Todavia, durante o desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica, encontramos no acervo uma grande quantidade de documentos, como boletins e exames de admissão, que fazem referência à instituição como “Ginásio Caxiense”. Com a continuidade da investigação, foram localizados outros documentos que já utilizavam a denominação de “Colégio Caxiense”.

Entre os documentos que já faziam uso da nova nomenclatura da instituição, destaca-se o Regimento Interno, encontrado no acervo durante o desenvolvimento da pesquisa. Esse documento apresenta um conjunto de normas que deveriam ser seguidas por alunos, professores

e demais funcionários no ambiente escolar, abordando aspectos como horários de aula, faltas não justificadas e medidas punitivas aplicáveis em caso de descumprimento das regras.

Além disso, o regimento contém disposições referentes ao início do ano letivo, ao regime de provas à organização didática-pedagógica dos conteúdos ministrados. Sua localização permitiu compreender parte do funcionamento administrativo e disciplinar da instituição, revelando uma preocupação com a ordem e desempenho acadêmico. Ao longo do processo investigativo, também foram identificados outros documentos tais como provas, fichas de matrícula e boletins escolares, que igualmente traziam a nova denominação. Esses registros reforçam que a mudança de nomenclatura foi gradualmente incorporada aos documentos oficiais da escola.

Por fim, as incursões realizadas no acervo possibilitaram revelar aspectos relacionados à mudança na nomenclatura da instituição. De acordo com Santos (2015), a adoção do nome “Colégio Caxiense” ocorreu em virtude da fusão entre o Ginásio Caxiense e a Escola Normal de Caxias, realizada no ano de 1937.

Sobre o momento de fundação e a posterior alteração do nome da instituição de ensino, Santos (2015) afirma que:

Em 1º de outubro de 1935, foi fundado o Ginásio Caxiense, que oferecia os serviços de 1º e 2º ciclos, sendo filiado ao Sistema Federal de Ensino [...]. Em 1937, o Ginásio Caxiense passou a ser denominado Colégio Caxiense por causa da fusão com a Escola Normal de Caxias, a qual passou a funcionar anexa a ele a partir de 1950 com a matrícula de 23 alunas (Santos, 2015, p. 303).

Após a abordagem de seu contexto de formação, para indicar as possibilidades de utilização do acervo escolar produzido pelo Colégio Caxiense como fonte histórica da educação, torna-se necessária a tessitura de uma breve discussão sobre as fontes históricas. Tal discussão deve contemplar seu conceito, suas variedades, os cuidados necessários à análise e sua importância como suporte fundamental para a execução dos procedimentos específicos que regem o ofício do historiador, independentemente do campo de produção do conhecimento historiográfico. Como veremos a seguir, não é possível falar de história científica sem tratar das fontes históricas.

Considerando que o conceito de fonte histórica é abrangente e comporta muitas interpretações, buscamos embasar nossa análise nas reflexões de José D’ Assunção Barros, historiador que vem se dedicando à discussão do tema e suas implicações para a produção

historiográfica. Suas obras “Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos” publicada em 2019 e “Fontes históricas e seu lugar de produção” de 2020 contribuem para compreender tanto a diversidade de fontes disponíveis aos historiadores quanto a relevância dos vestígios do passado como elementos essenciais para a análise e a interpretação do presente.

Ao compreender as fontes históricas como uma “máquina do tempo”, Barros (2019) enfatiza que, sem elas, não existiria outro meio que possibilitasse ao historiador o contato os vestígios produzidos pelo homem em contextos distantes de seu próprio espaço-tempo. Esses vestígios revelam processos, demonstram rupturas e continuidades e permitem o estudo de aspectos que já não se manifestam na sociedade contemporânea.

De acordo com Barros (2020), as fontes históricas ocupam posição central na metodologia que subsidia a construção das pesquisas, constituindo o ponto de partida essencial para o desenvolvimento da investigação histórica. Segundo o autor, sem fontes e sem o rigor metodológico que caracteriza uma pesquisa, autêntica, não há história. Para demonstrar a importância das fontes históricas e seu papel fundamental, compreendidas como vestígios, resíduos e materiais de diferentes naturezas deixados por sujeitos do passado, o autor expõe o seguinte conceito:

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (Barros 2020, p. 4 *apud* Barros, 2019, p. 15).

Além dos documentos tradicionalmente reconhecidos como fontes históricas, é possível incluir nesse âmbito, uma ampla variedade de vestígios, como a arquitetura de um prédio, objetos arqueológicos, fotografias, filmes, gravações, utensílios, monumentos e testemunhos da história oral, entre outros. Em outras palavras, fonte histórica corresponde a todo material do qual o historiador pode se valer para produzir conhecimento específico, por permitir o olhar para o passado em busca de compreendê-lo e interpretá-lo.

Dessa forma, os vestígios presentes no acervo analisado nesta pesquisa configuram-se como fontes históricas de diferentes tipologias. Em busca de cumprir um dos objetivos do

projeto desenvolvido no acervo, relacionado à organização e identificação dos documentos, foi possível o contato direto com uma quantidade significativa de itens. Logo de início, foram encontradas uma grande quantidade de fichas de matrículas armazenadas sobre uma bancada de mármore, situada no espaço identificado como recepção.

Além dessa tipologia documental, também foram localizadas coleções de livros didáticos de diferentes períodos, inúmeros troféus conquistados pelo Colégio durante jogos escolares em variadas categorias, documentos bancários, contratos de pagamento, recibos de mensalidades escolares, transferências de alunos e atestados médicos. Um conjunto expressivo foi o de registros fotográficos, que retratam diversos momentos da vida escolar realizados dentro e fora da instituição de ensino.

Contudo, esses materiais não revelam de imediato o conteúdo sobre as minúcias do cotidiano escolar, tampouco apresentam informações acabadas e prontas para serem extraídas pelo historiador. É necessário, antes de tudo, que haja um problema de pesquisa que oriente a escolha das fontes a serem utilizadas.

Considerando a atual desorganização do acervo, mesmo após as ações realizadas pela equipe do projeto de Iniciação Científica intitulado “A organização dos acervos escolares em Caxias – MA”, que teve como objetivos a identificação, seleção, higienização, organização e digitalização dos documentos, torna-se imprescindível que o pesquisador interessado em utilizá-lo realize um trabalho de coleta e organização das fontes. Somente por meio da reunião e sistematização desses documentos é possível atribuí-les sentido, uma vez que, isolados e desorganizados, eles pouco revelam, mas, reunidos e contextualizados, passam a adquirir significado.

A partir das fontes disponíveis em um mesmo acervo escolar, é possível desenvolver diferentes objetos de pesquisa. Entretanto, é o olhar do historiador que define o que pode ou não ser considerado vestígio do passado, tendo sempre em mente que jamais será possível reconstruir o passado tal como ele ocorreu, ainda que se disponha de uma grande quantidade de fontes históricas.

O crescimento e a relevância do uso de acervos escolares como fontes de pesquisa no campo da História da Educação também contribuíram, nos últimos anos, para o aumento das investigações sobre a importância da conservação, manutenção e preservação dos documentos escolares, dada a centralidade que passaram a ocupar no fazer historiográfico.

Nessa perspectiva, um ponto de grande relevância nos debates sobre o tema refere-se à necessidade de atuação conjunta entre historiadores, arquivistas, museólogos e demais profissionais especializados no manuseio de acervos documentais. Essa cooperação visa não apenas à conservação adequada do material, mas também à garantia de acesso aos pesquisadores, por meio da aplicação de métodos organizacionais.

Um acervo escolar é constituído essencialmente por documentos que comprovam as atividades desenvolvidas pela instituição de ensino, tanto em âmbito administrativo quando pedagógico. Ao longo da vida funcional da escola, são produzidos registros oficiais de ações cotidianas, como matrículas, rematrículas, transferências, fichas de ocorrência, emissão de declarações escolares, entre outros.

Além dos documentos escritos, há também a preservação de objetos incorporados ao ambiente escolar utilizados em práticas pedagógicas como livros didáticos, caderno de alunos e professores, quadros-negros, mapas, gráficos, materiais de laboratório e mobiliário escolar.

Como resultado desse processo, todos os registros da vida escolar acabam sendo acumulados no interior da instituição, em espaços próprios ou improvisados, dando origem aos acervos escolares. Esses acervos constituem valiosas fontes para o historiador, uma vez que os registros preservam traços do cotidiano escolar e da sociedade em que a escola está inserida, tornando-se, assim, objetos de análise histórica e instrumentos para a produção de conhecimento sobre a educação.

Sobre a importância crescente dos acervos escolares como fontes para as pesquisas em História da Educação, Vidal (2005) afirma que:

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico metodológico (Vidal, 2005, p. 71).

Nessa perspectiva, para os historiadores da educação, os documentos escolares constituem fontes de inestimável valor, que possibilitam o desenvolvimento de uma ampla variedade de investigações. A partir da utilização de um mesmo acervo escolar como fonte de pesquisa, abrem-se inúmeras possibilidades de abordagens e recortes temáticos que podem ser explorados pela historiografia. Tais estudos permitem extrair informações específicas sobre os

aspectos que se desenrolam no espaço escolar, no contexto das reformas e transformações pelas quais a escola brasileira passou ao longo dos anos.

No caso do Colégio Caxiense, o contato direto com a materialidade do acervo revelou a viabilidade de pesquisas em múltiplas dimensões. Entre elas, destacam-se possíveis investigações sobre questões arquitetônicas, considerando que o prédio onde funcionou a instituição ainda preserva características originais de sua época, as quais resistem, em parte, à ação do tempo.

As condições precárias de preservação e armazenamento dos documentos em um espaço atualmente sem uso evidenciam as dificuldades enfrentadas quanto ao tratamento adequado para garantir a existência e o acesso às fontes históricas. Durante as visitas ao local, foi possível observar que o prédio que abriga o acervo apresenta sérios problemas estruturais, ocasionando danos significativos à documentação. O ambiente encontrava-se desorganizado, sujo, úmido e infestado por agentes como traças e mofo.

Constatou-se, ainda, que nem mesmo os documentos de natureza comprobatória como diplomas e certificados foram encaminhados para guarda pública, conforme determina a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Essa legislação estabelece as responsabilidades relativas à proteção, conservação e acesso aos documentos de valor histórico e social.

Por tratar-se de uma instituição privada, pertencente a um grupo de sócios mantenedores, o acervo documental do Colégio Caxiense é, juridicamente, de natureza privada. No entanto, à luz da referida lei, que destaca a responsabilidade do poder público na preservação de arquivos de interesse público, é possível estender essa responsabilidade aos documentos escolares de instituições privadas. Isso se justifica porque tais arquivos possuem relevância sócio-histórica e podem oferecer valiosas contribuições para o desenvolvimento científico do país, exigindo, portanto, gestão e proteção por parte de órgãos competentes.

Ainda conforme a Lei nº 8.159 de 1991, o artigo 14 estabelece que o acesso a arquivos privados reconhecidos como de interesse público e social pode ser concedido mediante autorização do proprietário ou possuidor. Assim, caso alguma instituição ou pesquisador solicitasse o acesso ou utilização de itens pertencentes ao acervo do Colégio Caxiense, seria legalmente necessária a autorização do grupo proprietário.

Entretanto, observa-se que, na prática ocorreu um completo abandono de tudo o que foi produzido ou adquirido durante os anos de funcionamento da instituição, sem que houvesse

um olhar sensível, por parte do poder público, para a necessidade de preservação e guarda desses arquivos documentais.

Bonato (2005) traz a seguinte reflexão sobre os arquivos de escolas privadas já extintas:

Mesmo que não esteja na conceituação legal de arquivo público, quando uma escola particular (privada) é extinta, seus arquivos devem ser transferidos à guarda pública; assim, os arquivos escolares da rede privada serão públicos por destinação, porém essa transferência é quanto aos documentos que decorram de atribuições públicas exercidas pela escola particular, tipo os relativos a transferências, históricos escolares, atos de colação de grau, entre outros (Bonato, 2005, p. 197).

Durante o desenvolvimento da pesquisa no acervo, ao manter contato com os diversos documentos escolares de naturezas variadas, além de objetos relacionados ao cotidiano escolar, observou-se a grande quantidade de material a ser organizada. Considerando também a limitação do espaço físico disponível para a guarda, emergiu a questão sobre quais itens deveriam ser preservados, levando-se em conta uma possível seleção para guarda pública.

Em relação ao que deve ser preservado dos acervos escolares, na perspectiva de Vidal (2000, p. 41): “é importante haver a preservação de peças que permitam perceber facetas do cotidiano escolar, que não simplesmente reponham a lógica organizacional e legal das instituições”. A autora também destaca a relevância da organização dos arquivos escolares, sugerindo que as informações contidas nos documentos sejam devidamente referenciadas de forma a facilitar sua identificação, propondo, para isso, a criação de guias e índices que tornem o acesso mais prático e sistemático.

A partir dos contatos realizados diretamente com o acervo investigado, foi possível identificar diferentes tipos de fontes, como por exemplo: provas de diferentes épocas e disciplinas; atas de registros de notas anuais; atas de provas orais com comissão organizadora e inspetor federal; atas de resultados finais, atas de reuniões entre pais e mestres; atas de controle de visitação de alunos e professores; registros de empréstimos de livros na biblioteca escolar; livros de ponto de professores; livros de extratos bancários; livros de rescisões contratuais; livros de convênios; contratos ativos e um grande conjunto de fotografias, escolares além de itens de mobiliários como armários e mesas.

Diante dessa fertilidade de fontes, o acervo do Colégio Caxiense mostra-se particularmente fecundo para o estudo da cultura escolar, conceito que, em síntese, pode ser compreendido, conforme Julia (2001), como:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, 2001, p.10).

No que se refere às fontes de suporte teórico para pesquisas em História da Educação, Julia (2001) aponta que os pesquisadores da área enfrentam como principal dificuldade justamente a falta de preservação ou mesmo a eliminação de documentos escolares de grande valor para o estudo do que ocorre no interior das instituições de ensino. Tal ausência compromete a compreensão das práticas escolares, fundamentais para a análise do cotidiano e das relações conflitivas que permeiam o espaço escolar.

Apesar do significativo avanço nas discussões em defesa dos acervos escolares e na ampliação das perspectivas de guarda, frequentemente voltadas aos documentos escritos de natureza comprobatória, é fato que muitas escolas não dispõem de locais adequados para o armazenamento dos documentos produzidos a partir de suas atividades cotidianas.

Um dos principais fatores que explicam a falta de cuidado com esses registros é o pouco espaço físico disponível nas escolas, situação cada vez mais presente e observado na própria configuração dos prédios escolares. Isso acaba resultando em destinos improvisados para os documentos, como porões, depósitos ou dispensas nos fundos das instituições, sem qualquer tipo de acondicionamento apropriado.

Sobre as condições de organização e guarda dos documentos escolares, Mogarro (2005, p. 106) expõe o seguinte:

Geralmente, à guarda das respectivas secretarias e serviços administrativos, misturam-se documentos de origens diversas e utilidade também diversificada: a) documentos activos- ainda utilizados com regularidade, organizados (geralmente) e de acesso mais fácil; b) documentos semi-activos - cadastros de professores e de alunos, de que ainda são pedidos certificados a partir do original. estando identificados pela instituição e sendo localizados com relativa facilidade; c) documentos inactivos - nesta fase do seu ciclo de vida, os documentos encontram-se normalmente depositados em locais que não garantem as condições necessárias para a sua salvaguarda e preservação material, amontoando-se sem organização e misturando-se documentos de origem e natureza muito diversa (Mogarro, 2005, p. 106).

Além disso, observa-se a carência de profissionais qualificados para atuar nesses espaços, com formação específica em procedimentos arquivísticos, tais como armazenamento, classificação, descrição, eliminação e difusão dos documentos escolares. Soma-se a essa situação o fato de que nem todos os estados brasileiros dispõem de uma política arquivística

específica voltada à área da educação, o que contribui para a fragilidade da questão e da preservação dos acervos.

Nesse contexto, a conscientização da sociedade civil também se mostra fundamental, especialmente por meio da mobilização de membros da comunidade escolar comprometidos com a salvaguarda da memória educacional e com a valorização dos processos históricos que constituem a trajetória da educação.

Todavia, no que se refere às condições de preservação e organização dos acervos escolares, torna-se evidente que ainda há muitos desafios a serem superados e um longo caminho a percorrer para que se alcance uma preservação efetiva desses documentos. Tais acervos, por conterem informações essenciais sobre a história da educação e a cultura escolar, são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas no campo da História da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar como foco de investigação a análise da importância dos arquivos escolares enquanto fontes para a pesquisa em História da Educação, buscou-se compreender suas possibilidades de uso e a necessidade de tratamento adequado para garantir sua preservação e acessibilidade.

O estudo desenvolvido, tendo como referência o acervo produzido pelo Colégio Caxiense, evidenciou que os arquivos escolares se configuram como espaços privilegiados de preservação da memória educacional, ao mesmo tempo em que revelam fragilidades estruturais e institucionais que comprometem sua conservação e utilização como fontes históricas.

Constatou-se que, quando devidamente organizados e preservados, os acervos escolares permitem compreender práticas pedagógicas, rotinas administrativas, relações sociais e culturais, além de contribuírem para o entendimento da trajetória histórica das instituições educacionais. Por outro lado, as condições atuais do acervo investigado refletem um cenário de descaso e ausência de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos documentos escolares, especialmente daqueles produzidos por instituições privadas já extintas.

Tal situação reforça a necessidade de uma atuação conjunta entre órgãos públicos, profissionais especializados e membros da comunidade escolar, a fim de garantir a preservação, organização e digitalização desses materiais, assegurando sua permanência e acesso por parte dos pesquisadores e da sociedade.

Dessa forma, o presente estudo contribui para o fortalecimento do debate da acerca da relevância dos arquivos escolares na produção do conhecimento histórico e educacional, ao mesmo tempo em que aponta os desafios concretos a serem enfrentados no campo da gestão e preservação documental.

Conclui-se, portanto, que os acervos escolares devem ser reconhecidos não apenas como espaços administrativos, mas como fontes de valor histórico e científico, capazes de subsidiar investigações acadêmicas, fortalecer a identidade das comunidades escolares e orientar políticas de memória e preservação educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2005, p. 193-220. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161079004>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i2p145-159>.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 3-24.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Anped, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LIMA FILHO, Artur Almada. **Efemérides Caxiense**, Imperatriz: Ética, 2014. 210 p.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v.16, n. 1 (46), p. 104, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643757>. Acesso em: 15 out. 2024.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. (Org.). Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008. p. 15-32.

SANTOS, Maria Ivani. A Educação na Escola Normal do Colégio Caxiense de 1970 a 1981. *In: Cartografias Invisíveis*. Caxias-MA: Academia Caxiense de Letras, 2015. p. 420-435.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: Avaliação, preservação e descarte documental. *In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 2000. p. 3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, n. 2, p. 71-73, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161079004.pdf>. Acesso em 14 out. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDERMARIN, Vera Teresa (Org.). A cultura escolar em debate: questões metodológicas e desafios para pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.